



131  
Rf

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO LEGAL Nº 0002598-88.2014.8.17.0000 (0330110-6)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): RILVAN JOSÉ DE SENA JUNIOR**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**EMENTA**

**CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO PELO ESTADO. AQUISIÇÃO DE APARELHO COM BASE EM PRESCRIÇÃO MÉDICA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. DIREITO À SAÚDE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.**

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.

2. Admite-se o bloqueio de verba pública suficiente para garantir o fornecimento de tratamento médico ao paciente, diante da urgência e a irreversibilidade do dano, sob pena de frustrar-se a garantia constitucional da assistência à saúde ou premiar a omissão administrativa, prevalecendo o direito à vida e à saúde.

3. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

4. Agravo conhecido e não provido.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

132  
top.

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO LEGAL Nº 0002598-88.2014.8.17.0000 (0330110-6)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): RILVAN JOSÉ DE SENA JUNIOR**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº **0330110-6**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0330110-6**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 23 de 05 de 2014 .

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



133  
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**  
**AGRAVO LEGAL Nº 0002598-88.2014.8.17.0000 (0330110-6)**  
**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO(S): RILVAN JOSÉ DE SENA JUNIOR**  
**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos do Agravo de Instrumento nº **0330110-6**, que com arrimo no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o agravante ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, que o bloqueio de valores contra a Fazenda antes do trânsito em julgado da decisão judicial deve ser inadmitido, em virtude de sua irreversibilidade.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

[assinatura]

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 23 de 05 de .

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



134  
Rafael

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO LEGAL Nº 0002598-88.2014.8.17.0000 (0330110-6)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): RILVAN JOSÉ DE SENA JUNIOR**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**VOTO**

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de São Caetano - PE, fls. 92/98, que, nos autos da ação ordinária nº 0001011-75.2013.8.17.1290, visando dar efetivo cumprimento à antecipação de tutela concedida anteriormente, e diante da comprovação do risco de grave comprometimento da saúde do agravado, determinou o bloqueio on-line, via BacenJud, dos valores constantes em conta corrente do Estado de Pernambuco, no montante de R\$ 14.473,13 (quatorze mil quatrocentos e setenta e três reais e treze centavos), referentes à compra de um aparelho BIPAP SYNCHRONY e assessórios, com base em prescrição médica (fls. 28/30).

Desta decisão, o Estado de Pernambuco interpôs o presente agravo de instrumento alegando ser incabível a medida agravada, face estar o procedimento licitatório em fase final de aquisição e ao disposto no art. 100, §2º, da CF, bem como no art. 730 do CPC, já que os bens públicos são impenhoráveis e, conseqüentemente, insuscetíveis de apreensão (salvo seqüestro em situação de descumprimento de ordem dos precatórios). Ao final, requereu liminarmente, a suspensão da decisão recorrida. No mérito, requereu a reforma da decisão recorrida.

É o relatório. Decido.

Pelo que consta dos autos, a parte autora, ora agravada, é portador de Esclerose Lateral Amiotrófica (CID 10 G 12.2), doença degenerativa, progressiva e fatal, razão pela qual necessita usar, por tempo indeterminado, o aparelho BIPAP SYNCHRONY e seus

*Rafael Machado da C. Cavalcanti*  
Desembargador

assessórios com a finalidade de retardar ou evitar a perda de seus sinais vitais.

Ainda pelo que consta da decisão recorrida, o Juízo de primeiro grau determinou o bloqueio de valores do erário público para dar efetivo cumprimento à tutela antecipada concedida anteriormente, diante da comprovação de risco de grave comprometimento da saúde do agravado, em virtude de passados 05 (cinco) meses sem o efetivo cumprimento da decisão.

Neste contexto, verifico ser possível o bloqueio de verbas públicas para assegurar o fornecimento do equipamento necessário ao tratamento de saúde que se faz necessário com urgência, quando o Estado está sendo moroso no cumprimento da determinação judicial e dessa demora pode advir dano irreversível ao agravado. Neste sentido, cito os seguintes precedentes do STJ:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. PRETENSÃO RECURSAL DE VER DETERMINADO O BLOQUEIO DE VERBAS DO ERÁRIO ESTADUAL PARA ASSEGURAR O REFERIDO FORNECIMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE O ESTADO ESTEJA SENDO MOROSO NO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL E DE QUE O IMPETRANTE NÃO ESTÁ TENDO REGULAR ACESSO AO MEDICAMENTO DE QUE NECESSITA. O entendimento jurisprudencial sedimentado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser legítimo o bloqueio de verbas públicas para o fim de garantir o fornecimento de medicamento à pessoa que dele necessite, quando houver o risco de grave comprometimento da saúde do demandante. Precedentes: REsp 900.458/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 13/08/2007; REsp 840912/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 23/04/2007; REsp 851.760/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 11/09/2006; EREsp 770.969/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, DJ 21/08/2006.

(STJ - RMS 35.021/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 28/10/2011)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. 1. É pacífico o entendimento deste Tribunal de que é cabível o seqüestro ou bloqueio de verba indispensável à aquisição dos medicamentos. Esta é uma cautela excepcional, adotada em face da urgência e imprescindibilidade de sua prestação. Precedentes. 2. Incidência da Súmula 182/STJ: "Inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". 3. Agravo Regimental não conhecido

(STJ - AgRg no REsp: 913863 RS 2006/0281541-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 12/06/2007, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/10/2008)

Colaciono, ainda, jurisprudência deste E. Tribunal no mesmo entendimento:

Autorização para Cirurgia e Tratamento Médico. Direito à Saúde e à Vida. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Preservação do seu Núcleo Essencial. Exorbitância da multa. Possibilidade. Agravo a

que se nega provimento. 1 - A Constituição Federal dispõe que "a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"; 2 - Institui o Sistema de Saúde uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se VIDA em seu mais amplo conceito, deverá ele ser fornecido, conforme acentua jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; 3 - Caracterizando-se como legal o bloqueio de verbas públicas quando necessário para conferir efetividade à tutela judicial do direito à saúde; 4 - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (TJ-PE - AGV: 145088320128170000 PE 0017297-55.2012.8.17.0000, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Data de Julgamento: 29/11/2012, 3ª Câmara de Direito Público)

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO À SAÚDE PREVALECE EM RELAÇÃO AOS INTERESSES FINANCEIROS DA FAZENDA PÚBLICA. BLOQUEIO DE VALORES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PARA DECIDIR ACERCA DO ALEGADO RISCO PATRIMONIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. Como cediço, as eventuais medidas de efetivação da promessa constitucional contida no art. 196 podem chocar-se com a restrição prevista no art. 100, entretanto, a jurisprudência pátria já se posicionou no sentido de que, nas situações de inconciliável conflito, o direito fundamental à saúde prevalecerá sobre os interesses financeiros da Fazenda Pública. 2. No caso em concreto entendeu-se pela manutenção do bloqueio das verbas públicas no montante de R\$ 75.400,00, como forma de garantia no caso de futura condenação da agravante, até ulterior resolução meritória do feito visto que é matéria que foge completamente aos propósitos do Agravo de instrumento em apenso e à competência desta relatoria, devendo, portanto, ser discutida perante o Togado Singular. 3. À unanimidade de votos, foi improvido o Agravo Regimental. (TJ-PE - AGR: 193386 PE 01933866, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 28/01/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. REJEITADA. DIREITOS HUMANOS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS PELO ENTE PÚBLICO EM FAVOR DE PESSOAS HIPOSSUFICIENTES. BLOQUEIO DE VALORES PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E STF. EFEITO SUSPENSIVO NEGADO. 1. Não merece guarida o argumento de ilegitimidade trazido pelo Agravante, uma vez que o Ministério Público tem legitimidade para propor Ação Civil Pública com o objetivo de tutelar direitos indisponíveis, como é o direito à saúde, em benefício de pessoa pobre, visando o fornecimento de medicamento, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada. 2. A saúde é direito fundamental

garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal, desta feita, é dever do Estado garantir o fornecimento de medicações necessárias à manutenção da saúde dos administrados. 3. Na hipótese, ainda que em exame perfunctório, admite-se o bloqueio de verba pública suficiente para garantir o fornecimento de tratamento médico à representada, diante da urgência e a irreversibilidade do dano, sob pena de frustrar-se a garantia constitucional da assistência à saúde ou premiar a omissão administrativa, prevalecendo o direito à vida e à saúde. 4. Agravo de Instrumento improvido. 5. Decisão unânime. (TJ-PE - AI: 9595020118170320 PE 0023513-66.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 05/06/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 111)

Com essas considerações, com fundamento no caput do art. 557 do CPC, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso, uma vez que em confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior e deste Egrégio Tribunal.”.

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador